

Pirarucu

Ação do Cifa prova contrabando

Nelson Francisco
Da Redação

Índios tapirapés e carajás, no norte do Estado, estão sendo aliciados por contrabandistas de peixe do Pará. Ontem, fiscais da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fema) apreenderam em poder dos índios uma barcaça com mais de 3 mil quilos de peixe seco que seriam levados para o Pará. Os pescadores paraenses fornecem aos índios alimentação e redes a preços superfaturados e descontam tudo na hora da compra do peixe, o que acaba prendendo os nativos a dívidas impagáveis, numa situação análoga à de trabalho escravo. Os principais casos ocorrem no município de Santa Terezinha.

Hoje à tarde será realizada na Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, uma reunião em caráter de urgência com os 11 coordenadores do órgão em Mato Grosso para tratar do assunto. O comércio ilegal utilizando os índios foi denunciado ano passado pelo Comitê Interinstitucional de Fiscalização Ambiental e de Entorno em Áreas Indígenas (Cifa), mas aumentou ainda mais após o término da piracema — período em que a pesca fica terminantemente proibida entre os meses de novembro e fevereiro em Mato Grosso.

“Essa é uma situação que leva os índios à escravidão. Eles não têm consciência da gravidade do caso”, disse o agente de fiscalização da Fema em São Félix do Araguaia, Francisco de Assis, lamentando a grande extensão da área que está sendo fiscalizada por um grupo de pouco mais de dez pessoas. O peixe mais procurado pelos aliciadores é o pirarucu, conhecido como “bacalhão de água doce”, que pode atingir 1m60 e render 40 quilos de carne. O quilo do produto vendido no Pará não sai por menos de R\$ 7,00, sendo que a pesca desse peixe é proibida naquele Estado por causa da piracema.

Segundo o Cifa, a tarefa dos índios aliciados consiste em pegar o

peixe com rede no rio Araguaia e levá-lo até a divisa com o Pará, por cerca de 60 km de barco pelo rio Araguaia, margeando a Ilha do Bananal. Os receptores aguardam os índios na divisa com os dois Estados. O pescado de pirarucu seco em forma de “bacalhão de água doce” é colocado em caminhões e levado até Belém, onde é vendido

livremente nos maiores mercados daquela cidade.

A carga ilegal é “esquentada” em escritórios do fisco já no Estado do Pará. Ou seja, os contrabandistas obtêm notas fiscais para declarar a carga nos postos de fiscalização da Secretaria de Fazenda daquele Estado, “regularizando” a origem do pescado.



Funai confirma aliciamento

Da Redação

O coordenador da Funai em São Félix do Araguaia, unidade responsável pela assistência dos índios tapirapés e carajás, Geortan Aurélio Lima Brito, confirmou a existência do contrabando de peixe pelos paraenses e o aliciamento dos índios. “Eles usam o índio para transportar o peixe pelos rios Araguaia e Tocantins. Nós (Funai) e a Fema vamos combater isso”, promete Brito, lembrando que são poucos os índios envolvidos no contrabando.

De acordo com Geortan, até mesmo os caciques desconhecem

a atividade ilegal dos índios com os contrabandistas. “Os caras (os contrabandistas) patrocinam os índios com gêneros alimentícios e pilhas, fazendo com que eles contraiam dívidas impagáveis”, diz o coordenador da Funai.

Habitada por aproximadamente 2 mil índios, as reservas dos tapirapés e carajás estão localizadas às margens dos rios Araguaia e Tocantins do lado de Mato Grosso, nos municípios de Santa Terezinha e Vila Rica, respectivamente a 1.311 e a 1.164 km de Cuiabá. (N.F.)